

A Ciência do Atraso

Índices de lotação pecuária no Rio Grande do Sul

conferencista: engenheiro-agrônomo Humberto Sório

Em nenhuma outra unidade da federação a questão agrária e agrícola recebe tanto destaque na imprensa quanto no Rio Grande do Sul. Os principais jornais têm editoria específica e publicam suplementos semanais dedicados ao tema. O assunto invade todas as seções e se espalha pelas colunas. Os jornais e rádios do interior têm na agricultura um dos maiores focos de interesse, rivalizando com a política municipal e as ocorrências policiais. A mais antiga revista rural em atividade no Brasil tem sede no Estado. Aqui está um canal de TV a cabo que só se ocupa disso. A decisão do voto é fortemente influenciada pelos temas rurais.

O gaúcho é telúrico e nostálgico. Mesmo urbano, é ligado ao campo e a ele quer voltar. Toma mate, que gosta de chamar chimarrão, não só por seu sabor amargo, como para fazer sua bebida preferida parecer-se com o gado bravio, solto nas largas invernadas do pampa. Escuta música regional mais do que qualquer outra. Mais da metade das gravações aqui vendidas são de músicas gauchescas. Quando aposta em loteria com prêmio acumulado, sonha em comprar uma fazenda. Os ricos gostam de terra. Os pobres, também. Daí a razão de tantos conflitos.

Os cientistas de nossas principais instituições de ensino superior e investigação incorporaram o conceito de gado solto em imensas invernadas e se dedicaram a achar uma utilidade para o pastoreio contínuo, a forma mais atrasada e antieconômica de manejo das pastagens. Não querendo admitir mudanças no sistema que preconizaram durante 30 anos, nas cátedras e nas pesquisas, acabaram por recomendar índices médios de lotação pecuária de 0,44 UA/ha (unidades animais por hectare), iguais aos verificados no semi-árido nordestino, de clima hostil e solos pobres. Seriam assim 2,2 ha para uma unidade animal de 450 kg. Ou seja, nosso rebanho bovino, das atuais 13,2 milhões de cabeças encolheria para 6,8 milhões. Uma patética redução de nada menos do que 6,4 milhões de cabeças, o que inviabilizaria definitivamente a pecuária rio-grandense e tornaria nossos campos uma enorme reserva natural, sem finalidade econômica. Se essa tese viesse a vingar, o Sul estaria descaracterizado como território para a reforma agrária. Nenhuma propriedade, em nenhuma região do estado, poderia ser enquadrada como improdutiva.

Travam-se no Rio Grande do Sul, desde 1997, acirrados debates em torno da questão agrária e os índices de lotação pecuária a que devem satisfazer os estabelecimentos rurais para fugirem da caracterização de improdutivos, de acordo com a Lei Federal 8629/93. Os fazendeiros julgam-nos muito elevados; os sem-terra, muito baixos. Em 1998, para revisar estes índices, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca) nomeou uma comissão de notáveis. Dentre eles, o representante da Universidade de Passo Fundo, professor Humberto Sório, que sustentou tese oposta àquela apresentada pelos pesquisadores oficiais. As cargas animais devem ser, na média, de 1-1,2 UA/ha.

A invés de encolher, nosso rebanho bovino deve crescer para 16,7 milhões de cabeças, 3,5 milhões a mais do que temos hoje. Para tanto, Humberto Sório preconiza o Pastoreio Racional, de acordo com os princípios enunciados pelo professor francês André Voisin, matéria na qual é um destacado especialista.

Desde 1975, a Universidade de Passo Fundo tem o Pastoreio Voisin em seus conteúdos programáticos. Em 1981, seis anos mais tarde, a Universidade Federal de Santa Catarina seguiu este exemplo.

O que aconteceu na Comissão Inca/P.170, seus antecedentes e seus desdobramentos, constitui-se a essência desse precioso livro, fadado a ser um documento para a história do setor primário sulino e servir como fonte de consulta para trabalhos tese que foquem nossa rica e controvertida questão agrária.